



A espiral do tempo: modernização conservadora e a nova (velha) História do Brasil

Maro Lara Martins¹

RESUMO

Neste ensaio procurei estabelecer as relações diacrônicas entre a modernização conservadora brasileira, uma das faces de nosso andamento temporal cujas origens e sentidos remontam aos anos 1930 e 1940, com o atual período da história brasileira na qual os seus caminhos ou descaminhos tendem a recuperar, ainda que sobre novos termos, as encruzilhadas conservadoras, e muitas vezes autoritárias, de nosso andamento moderno. Pensar a história do país, suas tradições e seus elementos constituintes, íntimos de sua peculiar modernidade, através destes andamentos que assemelham-se mais a um tipo de ordenação temporal que escamoteia a linearidade aparente do próprio transcorrer do tempo. Associado a essa preocupação relacionada a uma sensibilidade sobre o tempo e seus sentidos ordenadores, a outra ponta de minhas preocupações estava em compreender os modos pelos quais as reatualizações foram estabelecidas de modo a romper com a perspectiva ainda que segmentada de que a partir dos anos 1980, em especial a partir da Carta de 1988 e suas aberturas hermenêuticas e seu condensamento no mundo social a partir do Direito, teríamos certa noção de fim da história. Tanto no sentido de finalidade, como no sentido de direção e missão a ser cumprida.

Palavras-Chave: Modernização conservadora, Autoritarismo, Tempo, História.

Recebido em 12/07/2018
Aceito para publicação em 11/12/2018

DOI: <https://doi.org/10.25067/s.v22i2.23512>

Introdução

Na primeira parte do texto, evoco uma discussão sobre estrutura e conjuntura de maneira a deixar claro suas diferenças fundamentais e o modo como cada qual estabelece para si um determinado andamento temporal e exige do analista certo esforço compreensivo distinto, apesar de intercambiável. Além

¹ Doutor em sociologia pelo Iesp/Uerj e Professor adjunto da Universidade Federal do Espírito Santo. Email: marolara@gmail.com.

de ressaltar a característica pública de nossas ciências sociais, ao dotar peso nas íntimas relações entre diagnóstico e prognóstico.

Como segundo movimento, proponho uma busca sobre os fundamentos interpretativos hegemônicos que conduziram a nossa modernização conservadora dos anos 1930 e 1940. Aponto a dinâmica destas interpretações como substrato do diagnóstico a respeito da concepção corrente à época do caso brasileiro ser considerado uma modernidade patológica. O cerne do diagnóstico estaria na má formação das relações entre Estado, mercado e sociedade, que operariam por lógicas desviadas ou tortas.

E por fim, chego ao debate sobre a renovação de uma interpretação do país, esperançosa com a Carta de 1988, que acabaria por estabelecer o período pós-1988, como o momento inaugurador de uma nova história do Brasil. Esse movimento é tão radical, que propõe o fim da história nacional. Aí, é que chamo a atenção para o fim do fim da história brasileira, sua rotina e seus dramas, abalados pela conjuntura recente, ao menos desde o processo de impeachment da presidente eleita pelo voto popular, e suas conexões mais profundas com a tradição conservadora brasileira.

Estrutura e Conjuntura, diagnóstico e prognóstico

Existe uma diferença entre conjuntura e estrutura. Conjuntura e estrutura, se assim for de vontade do analista, podem ser mecanismos interessantes para se pensar o contemporâneo. Um tema que a princípio poderia ser de exclusividade da conjuntura, como a política, por exemplo, ao ser deslocada para a área estrutural, revela também pontos importantes que subsidiam os argumentos.

Outro movimento interessante deste jogo de escalas é a temporalidade que o acompanha. Afinal, a conjuntura possui um tempo mais acelerado, fatos e eventos se acumulam para dar-lhe seu movimento, condensando as experiências em curto espaço temporal. Por sua vez, a estrutura é o tempo da longa duração, da qual falava Braudel, ou mesmo a distensão reprodutiva a partir da dualidade presença/ausência. O tempo do imediato e o tempo da distensão a jogar suas sementes pelo caminho. O que nos leva a interpelação de um tema caro à teoria social contemporânea, as conjugações entre diacronia e sincronia, das ações, das estruturas, dos tempos, das análises.

De todo modo, ao retornarmos ao tema da política contemporânea, observarmos seus movimentos estruturais, suas florações conjunturais, seus tempos de eventos, a partir dos deslocamentos e das relações entre estrutura e conjuntura, vivemos um momento, raro pela sua nudez, de erupção vulcânica entre duas perspectivas sobre o país. De um lado, certa esperança e expectativa no bom futuro, a despeito de seu passado, que pode ser considerado virtuoso ou não, e, de outro lado, um diagnóstico centrado na ruína do destino, cujo sentido não é lá muito favorável.

A tensão entre o diagnóstico e o prognóstico, ainda que não posto nestes termos, evidencia alguns pontos interessantes. Em primeiro lugar, é da tradição da interpretação à brasileira, e de seus movimentos intelectuais e políticos, terem no cerne de seu debate esta oposição. Em segundo lugar, e não menos importante, o extravasamento de sentimentos acerca do tempo vivido, não somente como história pública, mas também como sentimento, de se velejar, ora por águas calmas e tranquilas, ora a se deparar com águas revoltas à beira do precipício.

Sobre o primeiro ponto, o movimento mais claro, é o retorno aos clássicos. Argumentos e perspectivas que estavam a empoeirar nas estantes retomam posição central no debate (SOUZA, 2017). O passado, e seu possível abandono, a cobrarem seu preço, afinal essas perspectivas adentram com força e constância o mundo social e sua imaginação (VIANNA, 1997). Seus sonhos mais límpidos, seus sentimentos mais profundos. É o momento em que a interpretação ganha o mundo e se liberta do círculo que a concebeu.

Na história do país, poucos momentos evidenciam de modo claro, estes choques e transposições. Atualmente, vivemos um destes momentos. Não somente pela normalidade institucional ser rompida, o cotidiano e regular movimento de reprodução, confiança e legitimidade, normal funcionamento das instituições, ou pelo sombreamento puro de reativações de doutrinas guardadas (SANTOS, 2017), mas, especialmente, pela oposição entre razão e sentimento, oferecidos, sobretudo, pelos rodopios inconstantes entre o diagnóstico e o prognóstico. Se o mundo das interpretações traria seus personagens, e suas dotações de sentido, o mundo social emergiria o sentimento, a dar-lhe substância e força a atuar no mundo (MARTINS, 2015). Jogados todos no redemoinho do tempo, cujo final, ainda é imprevisível.

Interpretar o país: antecedentes da modernização conservadora

Em texto seminal sobre o país, Raymundo Faoro (1992) postulava que em vez de buscar a modernidade, o Brasil padeceria de ímpetos de modernização, através dos quais haveria a tentativa (e a tentação) de queimar etapas no processo de desenvolvimento. Uma nova modernização sepultaria a anterior e nenhuma conseguiria fazer com que o país encontrasse o caminho para o desenvolvimento. Impostas por elites pseudo-dissidentes em favor dos seus interesses, essas modernizações manteriam a maioria da população alijada de benefícios sociais elementares.

Na história do país, poucos momentos como hoje evidenciam de modo claro, estes choques e transposições entre elite e povo, Estado e sociedade, modernização e moderno. A tradição da interpretação brasileira já apontara elementos fundamentais para se explicar os vícios e virtudes da constituição societal brasileira. A década de 1930, veria florescer com maior frescor a sociologia modernista, com o conjunto de ideias desenvolvidas em torno da caracterização identitária brasileira, suas ações sociais e seus tipos de solidariedade e autoridade, especialmente nas mediações entre as relações público e privado, coordenadoras das relações entre Estado e sociedade no país, postos pela sociologia modernista, também como um problema histórico e historiográfico (MARTINS, 2015). Ademais, essa tradição de sociologia veria suas últimas florações nos anos 1950, em torno do ISEB, perdendo paulatinamente força e poder explicativo, enquanto outros modos de operacionalização disciplinar, como a sociologia acadêmica se profissionalizava.

A partir das características do ensaio como forma, e seu dinamismo na escrita, foi possível capturar o movimento de construir-se pela proposição de algo novo, de uma nova experiência histórica que apesar dos seus contratempos, se realizava fora do contexto europeu. Desta experiência do confronto com outros desenvolvimentos nacionais se insurgiria diferentes tempos históricos que coexistiriam e conferiam especial densidade à realidade que interpretaram, em um esforço de compor o mapa da cultura, revelando sua capacidade de mediador entre mundos e articulador de experiências. Não obstante, apresentariam como fundamento um caráter dialógico das análises, fazendo aflorar comparações com outras experiências, como a inglesa, a norte-americana e a francesa. Emergindo com maior clareza as diferenças no andamento moderno, as singularidades do próprio território e sua natureza e a pluralidade desta constituição societal.

Surgiria pelo movimento inicial da sociologia modernista, e sua separação analítica entre Estado e sociedade, entre política e sociologia, um profundo desconforto na aplicabilidade de modelos e respostas exógenas aos diagnósticos efetuados através do ensaio buscariam essa originalidade no tratamento das questões tipicamente nacionais. A comparação funcionou como um poderoso recurso não só ao cotejarem semelhanças e diferenças que se produziram em espaços geográficos e sociais distintos, mas também entre as culturas presentes no mesmo espaço nacional.

Nas florações da sociologia modernista dos anos 1930, é que se formulou com mais vigor a tese da hipertrofia do privado, identificando a família de tipo patriarcal como a agência crucial de coordenação da vida social que se veio formando desde a colonização portuguesa, em relação a uma esfera pública atrofiada identificada ao Estado (SOUZA, 2017). Em todos esses autores, os elementos da sociedade brasileira em seu período colonial ainda se fariam presentes, impedindo a consolidação plena de instituições e valores da modernidade ocidental clássica (TAVOLARO, 2005). Nessa vertente do pensamento social brasileiro, uma atávica herança patrimonial-patriarcal acabara sutilmente assumindo o caráter de variável independente, supostamente capaz de explicar, ao longo de toda a história brasileira, especialmente no mundo rural, as formas e as configurações políticas e sociais que aqui se consolidaram.

Mais ou menos explícita nas interpretações propostas por cada um daqueles autores encontra-se a ideia de que no Brasil contemporâneo a eles, Estado, economia e sociedade civil jamais teriam sido capazes de se diferenciar plenamente e, dessa forma, de se dinamizar a partir de lógicas e códigos próprios. O domínio público teria sido raptado e subjugado à lógica e aos propósitos das esferas de convívio familiar, códigos pessoais e privados, sociabilidade restritiva, razão pela qual as regras impessoais e racionalizadas seriam frequentemente relegadas a segundo plano. Nessa sociedade jamais se atingiu o grau e a extensão da diferenciação social, da secularização e da separação entre o público e o privado observados nas sociedades modernas centrais. Vale lembrar que no discurso sociológico da modernidade ocidental europeia, as chamadas sociedades modernas centrais são tidas como aquelas em que o Estado, o mercado e a sociedade civil ocuparam esferas plenamente diferenciadas entre si, reguladas.

Os âmbitos público e privado, por sua vez, são também plenamente separados, cada um dos quais ordenado por códigos e lógicas particulares, se comunicando apenas através de canais apropriados que mantêm inalterados os

termos e as regras de cada um dos domínios. Trata-se, segundo esta trilha que se está percorrendo, da formação de uma sociologia na qual mais do que simplesmente relacionar política e sociedade, se ambicionaria especificar os fundamentos e a dinâmica social da dominação política brasileira. Seria através deste tipo de ensaio que se ganharia inteligibilidade a tendência a relacionar aquisição, distribuição, organização de poder à estrutura social. Posto nestes termos, a ação social e a ação política dispostas nessa historicidade inerente a cada uma, produziria ritmos temporais diferenciados. Movimento analítico que configuraria, num certo sentido, a precedência da sociologia sobre a política. Sociologia essa que exprimiria de fato um caminho alternativo do andamento moderno através de suas dicotomias: campo e cidade; rural e urbano; litoral e sertão; centro e periferia; público e privado; interesse e virtude; iniciativa e inatividade; empreendimento e cometimento; vontade e contingência, em uma difícil síntese. A tese possuiria seu lugar, ao reanimar as tradições, a coloca-las sob a chave da influência na contemporaneidade. A antítese, a conjugar a novidade e as possibilidades abertas pelo desenrolar histórico, inclusive seu futuro. E ao sair de dentro do modernismo, essa sociologia, e em certa medida o pensamento social e político latino-americano, carregaria essa contradição como fundamento da sua modernidade, em especial, na forma como abordou seus territórios e seus personagens postos na ação da história, exacerbando uma cartografia semântica e uma figuração de seus personagens.

Dito de outra forma, ao procurarem explicar essa difícil síntese, conheceriam a modernidade brasileira, no sentido de contemporaneidade e historicidade, e isso sob a ótica de uma espécie de modernidade alternativa. O campo possuiria sua sociologia, seus personagens principais, com sua subjetividade, sua atuação no mundo. O latifúndio como fundo para as ações realizadoras de interesses e virtudes para o fazendeiro, o escravo, o capanga, o homem livre comum, o tempo lento no seu desenrolar a incrustar a vida social e a estabelecer certos tipos de solidariedade e interesses. A cidade, local das inter-relações sociais e lócus do tempo célere, da iniciativa, da volúpia do viver moderno, dos seus personagens liberais e de sua sociabilidade muitas vezes subsumida ao mundo rural e incapaz de encontrar terreno fértil para o seu avanço. A compreensão da cidade e do mundo rural passaria pela análise de todos os elementos que comporiam o seu quadro: terra, água, clima, homens, civilização, cultura, arquitetura, trabalho, ideias, símbolos. O campo e a cidade não seriam apenas materialidade, possuiriam uma dimensão simbólica, subjetiva, que também atuaria na construção de suas formas espaciais. A significação do espaço, urbano ou rural, conferiria aos indivíduos e

coletividades, unidade e identidade com o seu entorno, em uma espécie de estruturação sígnica do espaço.

Cada local estruturaria uma espécie de cartografia semântica, que atribuiria a um determinado tempo-espaço, certos modos de viver, pensar e experimentar o mundo, certos tipos sociais, certa solidariedade, certa constituição de interesses e virtudes em sua sociabilidade, marcada no Brasil, através do modernismo e de sua sociologia modernista, por certa inventividade e certo pragmatismo, pensados a dialogicamente desvendar essa alternativa à modernidade central. Se a sensibilidade temporal indicava a aceleração do tempo pela dinâmica do contexto, a realização da difícil síntese brasileira, composta pelos dualismos e as diversas contrastividades internas e externas, norteavam uma percepção do tempo que estaria cindido.

O torneamento das interpretações do país, ao menos ao largo do século XX, passaria pela sedimentação das oposições realizadas pela sociologia modernista. Todas as suas florações, desde o período republicano, focalizaram nas relações entre Estado e sociedade no arranjo da modernidade brasileira. Seja pelo comparativismo interno, litoral e sertão, cidade e campo, urbano e rural, Brasil legal e Brasil real, seja na busca pela identidade nacional, mesmo que pelo regionalismo, seja pelo comparativismo externo, cujos modelos de entrada na modernidade, Inglaterra, França, EUA, e às vezes até a Alemanha, moldaram-se como paradigmas analíticos. Uma cartografia semântica das modernidades e das modernizações. Personagens a povoar a imaginação, ou auto imaginação identitária que permearia o território com estes tipos sociais. E claro, não precisa dizer, seus impactos na imaginação de uma elite acostumada a depreciação dos personagens subalternos. E sua hábil capacidade de popularização, muitas vezes via Estado, como no período Vargas, de seus pressupostos quanto à imaginação do quem somos.

A estratégia de construção por cima do país adquiriu uma nova complexidade nesta renovação de sua metafísica, ainda que dirimidos ao longo do tempo, estas variações advindas deixaram suas marcas a impregnar a profundidade dos sentimentos sociais. Seja pela via negativa, logo, diagnóstico, a impedir a plena realização civilizatória, seja pela via positiva, prognóstico, a exaltar as singularidades civilizatórias e possibilidades de sucesso das consequências que este tempo possuiria. Mas estes sentimentos, de que o Brasil é o país do futuro, esta euforia desmedida, choca-se com o Brasil país do atraso, certo pessimismo profundo. Dando certo, ou não dando certo, percorrendo as

linhas que garantiam sucesso ou não, o fato é que entre idílios e decepções continuamos e possivelmente continuaremos.

O fim do fim da História

Tivemos várias crises econômicas, políticas, sociais, em diversos momentos do trajeto brasileiro. Profundidades diversas. Personagens variados. E muito se questiona se as crises podem ser a própria rotina. O padrão poderia muito bem envolver-se sob o manto fino das crises conjunturais, ao estapear da solidez estrutural. Ao menos, se pensarmos na questão do Impedimento e da crise política atual. O padrão, desde o período pós-1930, é a interrupção dos mandatos presidenciais. Desde 1930, dos oito presidentes eleitos democraticamente apenas cinco terminaram o mandato. Somente oito presidentes eleitos democraticamente em 86 anos. E destes apenas cinco terminaram o mandato. Após 1988, nova fase republicana, pelo menos a se pensar nos marcos políticos, foram quatro presidentes eleitos pelo voto direto. Destes, dois cumpriram integralmente seus mandatos, enquanto um sofreu o impedimento e um parece ter poucas chances de retorno. Nessa cultura política, o conflito pelo poder a partir de posições divergentes é apenas aparente (FAORO, 1992; VIANNA, 1997; SANTOS, 2017).

A finalidade das ações e negociações remete-se ao abrandamento das tensões sociais como estratégia da política levada ao cabo por políticos profissionais, advindos do estamento burocrático, deixando à margem da agenda pública e do aparelho estatal discussões que levam ao confronto aberto e explícito pela ordenação dos projetos e dos sentidos do tempo.

O sentimento social de que a modernização efetuada a partir da Carta de 1988 possibilitaria, enfim, a autonomização dos subalternos, e congraçaria trilhos a serem percorridos de virtuosidade e justiça social, seja pela via do distributivismo estatal, seja pela via do Direito, surpreendidos pela opacidade das construções modernizantes. Retorno à interpretação clássica. Diferenças e variações entre as linhas do moderno e da modernização. Dentro desta dualidade, sua síntese parece de difícil solução. Os sobressaltos provavelmente não se darão pela via do ativismo societal, haja visto as consequências atuais da capitulação dos movimentos sociais pelo espontaneísmo que o ativismo virtual trouxe. Por outro lado, a via do Estado parece bloqueada por uma elite política capaz de subsumir seus interesses estamentais à própria reprodução institucional

da democracia. Uma nova modernização sem conteúdo de carácter conservadora a conduzir esta nova aventura imprevisível, nau sem rumo.

Nada parece se estabelecer de forma definitiva no campo da interpretação. Talvez decorra daí certa dificuldade das famosas análises de conjuntura, vindas das ciências sociais, com a sua força interpretativa de atuação no mundo público. O contemporâneo, temporalidade a pregar peças em todos nós. Entre messianismos da profissão ou mesmo certa fé no ofício, entre a crença nas ciências sociais e na sua predileção que nos poderia guiar rumo a águas calmas, ou mesmo esperança de que a interpretação seja necessária e urgente. Nada disso parece se confirmar nesta onda de imprevisibilidade.

Sem dúvida tal processo de ausência de previsibilidade no mundo da vida deita raízes no processo de destituição da presidenta eleita e nas manobras obscuras de personagens do mundo político, na atuação da grande mídia, no papel do judiciário, no empresariado, em parcela da classe média, que contribuíram para a anatomia do processo de desestabilização da previsibilidade dos acontecimentos (SINGER, 2018). O ano de 2016, conhecido como o ano que não se queria findar, página de roteiro de filme ruim, ou o repositório necrológico de figuras como David Bowie, Leonard Cohen, Prince, Cauby Peixoto, Ferreira Gullar e ainda Fidel Castro e Paulo Evaristo Arns. O roteiro, cuja página, o ano desgostoso não acabara de compor, foi muito narrado por diferentes personagens em fontes diversas e de diferentes matizes. Desde a reflexão sobre a separação entre forma e conteúdo, passando pelo pêndulo desproporcional entre ação/punição, o hiperativismo do Judiciário (AVRITZER, 2016), a seletividade e desrespeito às regras (SANTOS, 2017), até as análises que elevam os personagens centrais desta trama, Lula, Dilma, Temer, Cunha, Moro, a reencenar a composição historiográfica dos grandes heróis e do oficialismo passado (MATTOS et al, 2016).

Delatores e delações, arapongagens, gravações ilegais, divulgações à margem da legislação. Todos personagens bem conhecidos da história política do país. Como são bem conhecidos os golpes de Estado entre nós. Como são conhecidas as incapacidades de respeito à rotina democrática. E como são duras as dificuldades enfrentadas a partir das dualidades básicas já anunciadas pelos nossos clássicos. Público e privado, razão e sentimento, interesse e virtude, campo e cidade, rural e urbano, moderno e atraso.

Aí mesmo a denúncia, nada pueril do golpe de Estado, ao enunciar as suas frentes parlamentares, jurídicas, midiáticas, e, porque não dizer, civis. Falta-lhe uma nomeação: um golpe parlamentar-jurídico-midiático-civil?

Tantos são os envolvidos (GRUN, 2018). Tamanha orquestração. E que cronologia de eventos e simultaneidade de ações destes personagens!

De todo modo, estas interpretações tenderiam a desempenhar papel importante na agenda pública do país, pelo menos do ponto de vista do debate republicano. Procedimentalismos à parte, certa desilusão com o sufrágio, vontade popular, consistentes com os últimos acontecimentos, fazem tremer a ideia liberal da representação. Extrapolar, ainda que pelo trágico, o andamento das instituições, que sempre foram, mesmo sob condições democráticas dos últimos anos, espumas do mar. Ainda que a Carta de 1988 tenha legado, durante as últimas três décadas, o funcionamento institucional do Estado, sua abertura e flexibilidade deveriam ser utilizadas. Sob o ponto de vista democrático, repensar a ordem política (DOMINGUES, 2017), cuja efervescência societal parece ter cedido lugar a composições heterogêneas do papel do ativismo político na democracia. Forçar o encontro da democratização social com a democracia política.

Entretanto, tal encontro, necessita de instituições que revigorem tanto a forma quanto o conteúdo da democracia tropical. A começar pelo fundamento de todas as instituições: rotina. Nada mais cotidiano do que rotina. Sem previsibilidade a rotina se torna algo destituído de seu conteúdo. Não que a vida deva ser convenientemente ordenada por padrões de repetição. Certas rupturas são necessárias a oxigenar a vida. Mas no olho do furacão, ainda não avistamos certa serenidade factual no horizonte a dotar de conteúdo o mundo vazio dos eventos que ainda não se ordenaram. Em outras palavras, a formidável extensão do drama do Brasil, que ingressa no circuito do ocaso da democracia representativa sem tê-la instituído integralmente.

Postos sob a ótica de uma procura pelos meandros que engendrariam o caminhar do tempo histórico do país, essas dualidades conformariam o que há de mais original e perverso na nossa Revolução Passiva. Esta tradição fincada desde o momento inicial do Estado-Nação (FERNANDES, 1987), e exacerbada no momento de nossa modernização conservadora (VIANNA, 1997), parece sempre nos conduzir e nos lembrar de que nosso caminho é no fio da navalha. Ademais, olhar em direção a esta tradição, e claro, a seus intelectuais, atores fundamentais para a organização da cultura, lança luz sobre a natureza deste transformismo que a tudo corrói. Nada mais justo do que “tudo que é sólido se desmancha no ar” mesmo as impossibilidades e insucessos. Talvez, mesmo o pessimismo mais profundo pode ser contraposto a motivos bem compreendidos, em uma valorização dialética de todo empenho dirigido a converter a

engrenagem do tempo desenvolvendo uma perspectiva crítica que finque as condições para uma guerra de posições capaz de desorganizar e substituir a hegemonia dominante. Caminharmos na certeza de quem somos, para sermos outro.

Palavras Finais

Em conjunto, mas não como unidade e para além do contexto intelectual do qual emergiram tais diagnósticos, a nota distintiva de certa concepção de país que conduziria ao diagnóstico de uma modernidade patológica, ao operacionalizar conceitos como patriarcalismo, familismo, patrimonialismo, personalismo, agnatismo, clientelismo, e a miríade de empecilhos privatistas consignados em seu ideário, estaria na posição decisiva sobre a constituição da vida pública de sua sociedade nos momentos de modernização.

O modo de orientação das condutas, das percepções, dos modos de pensar e agir, retiraria suas características próprias de certos condicionantes históricos da relação entre o mundo público e o mundo privado fincado na história e na sociologia de sua sociedade, em suas determinações culturais, ora definindo as feições mais pujantes do caráter brasileiro, como uma sociedade amenizadora das diferenças, ora condensando o que deveria ser público ao personalismo, à asfixia diante da hipertrofia do mundo privado, à amoralidade dos costumes, ao patrimonialismo, ao familismo, à insolidariedade social, à indistinção entre o público e o privado, ao clientelismo e à precarização dos direitos ou de qualquer arranjo de normas com pretensões de universalidade.

A Carta Constitucional de 1988 operaria no sentido diverso, promovendo certa direção e sentido, pelo menos no campo do Direito. Representaria, ainda que simbolicamente, o fim da História brasileira. Entretanto, ela própria fora engolida pelo conservadorismo e pela força centrípeta e reformulada por uma nova cascata de modernização conservadora. A modernização democrática efetuada a partir da Carta de 1988, com o pacto político inclusivo sob o ponto de vista de certa autonomização dos subalternos, fora capturada pelo pacto intra-elite a partir do qual os limites das construções modernizantes foram impostos a esta sociedade. O terrível diagnóstico da modernidade patológica, típica de processos conservadores, ao invés de permitir a emergência do novo, moderno, encontraria seus obstáculos no país das modernizações controladas. Demofobia, encontraria por aqui, terreno fértil.

Referências

- AVRITZER, Leonardo. *Impasses da democracia no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.
- DOMINGUES, José Maurício. *Esquerda, crise e futuro*. Rio de Janeiro: Mauad, 2017.
- FAORO, Raymundo. A questão nacional: a modernização. **Estudos Avançados**, vol.6 no.14, São Paulo, Jan./Apr, 1992.
- FERNANDES, Florestan. *A revolução burguesa no Brasil*. 3. ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 1987.
- GRUN, Roberto. *Da pizza ao impeachment: uma sociologia dos escândalos no Brasil contemporâneo*. São Paulo: Alameda, 2018.
- MARTINS, Maro Lara. Entre a Cultura e a Política: a sociologia modernista dos anos 1930. **Revista Estudos Políticos**. Rio de Janeiro, vol. 5, nº 2, 2015.
- MATTOS, Hebe; BESSONE, Tânia; MAMIGONIAN, Beatriz (Orgs.) *Historiadores pela democracia*. São Paulo: Alameda, 2016.
- MONTEIRO, Lorena; SANTANA, Luciana (Orgs.) *“Temerosas transações” : ensaios sobre o golpe recente no Brasil*. Santa Cruz do Sul: Essere nel Mondo, 2017.
- MOORE JUNIOR, Barrington. *As origens sociais da ditadura e da democracia: senhores e camponeses na construção do mundo moderno*. São Paulo: Martins Fontes, 1975.
- SANTOS, Wanderley Guilherme dos. *A democracia impedida*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2017.
- SINGER, André. *O lulismo em crise: um quebra-cabeça do período Dilma (2011-2016)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.
- SOUZA, Jessé. *A elite do atraso: da escravidão a lava-jato*. São Paulo: Leya, 2017.
- _____. *A radiografia do golpe*. São Paulo: Leya, 2016.
- TAVOLARO, Sérgio. Existe uma modernidade brasileira? Reflexões em torno de um dilema sociológico brasileiro. **RBCS** Vol. 20 nº. 59, 2005.
- VIANNA, Luiz Werneck. *A revolução passiva: americanismo e iberismo no Brasil*. Rio de Janeiro: Revan, 1997.

The Spiral of Time: Conservative Modernization and the New (Old) History of Brazil

ABSTRACT

In this essay, I establish the diachronic relations between Brazilian conservative modernization, one of the faces of temporal course, whose origins and meanings date back to the 1930s and 1940s, with the current period of Brazilian history in which its paths or misplacements tend to recover, that on new terms, the conservative, and often authoritarian, crossroads of modern course. To think

about the history of the country, its traditions and its constituent elements, intimate with its peculiar modernity, through these movements that resemble more a type of temporal order that eschews the apparent linearity of the passage of time itself. Associated with this concern related to time sensitivity and its senses, my concerns was to understand the ways in which re-actualizations were established in order to break with the still segmented perspective that from the 1980s, especially from the Charter of 1988 and its hermeneutic openings and its condensation in the social world from the right, we would have certain notion of end of history. Both in the sense of purpose, and in the sense of direction and mission to be fulfilled.

Keywords: Conservative Modernization, Authoritarianism, Time, History.